

Patrimônios, tempos e “tradições” de Ouro Preto

Edilson Pereira

Artigo desenvolvido no âmbito da 2ª Chamada Pública de Artigos do Centro Lucio Costa/CLC-IPHAN, Centro de Categoria 2 sob os auspícios da UNESCO.

**Rio de Janeiro
2017**

Resumo

A partir da análise do contexto da vida social de Ouro Preto, MG, proponho neste artigo pensar as apropriações que se evidenciam entre a herança do legado histórico-arquitetônico que coloca seu patrimônio material em evidência ainda hoje e as mais recentes relações mantidas com o chamado patrimônio imaterial e cultural. No quadro de uma cidade “histórica” cujo passado material é um importante estímulo para a produção de renda econômica no presente, através do turismo, busca-se compreender como se dá a relação com os conteúdos imateriais e transitórios que são característicos de festas populares, como aquelas que se realizam durante a Semana Santa – uma época considerada importante pelos moradores da cidade. Nesse sentido, conjugando materialidade e imaterialidade do patrimônio cultural, busca-se observar as dinâmicas de reconstituição de outras versões sobre o passado local, menos centradas na predominância de seu conjunto histórico-arquitetônico, e mais voltadas à experiência social e à memória coletiva elaboradas no presente. Busca-se, ao fim, contribuir para uma desnaturalização de classificações analíticas pautadas na oposição entre tradições “genuínas” ou “inventadas”, em prol de uma perspectiva etnográfica de compreensão do que se concebe como “tradicional” segundo os próprios moradores e determinadas conjunturas festivas como a Semana Santa.

Abstract

From analysing Ouro Preto's (Minas Gerais) social life, I propose to think about the appropriations evidenced between the historical legacy-architectural heritage that puts its material assets highlights even today and, on the other hand, the most recent relations maintained with the intangible and cultural heritage. In the framework of a “historical” city whose “material past” is an important stimulus for the production of economic income through tourism, I seek to understand how it is related to the immaterial contents that are characteristic of festivals, such as those that take place during Holy Week - a season considered important by the residents of the city. In this sense, combining materiality and immateriality of cultural patrimony, I'll observe the dynamic reconstitution of other versions on the local past, less centered on the historical-architectural side, and more focused on the social experience and collective memory drawn up in the present. In the end, it seeks to contribute to a denaturalization of analytical classifications based on the opposition between "genuine" or "invented" traditions, in favor of an ethnographic perspective and understanding of what is conceived as "traditional" according to the residents themselves and certain conjunctures in the festive events such as Holy Week.

Palavras-chave: Ouro Preto; Patrimônio; Tradição; Festa; Semana Santa

Keywords: Ouro Preto; Patrimony; Tradition; Holiday; Holy Week

Introdução

A proposta deste artigo que apresento volta-se para um dos contextos primeiros de atuação da política estatal de patrimonialização no Brasil. Trata-se de Ouro Preto (MG), cidade conhecida pelo conjunto de seu patrimônio histórico-arquitetônico, bem como para o lugar de proeminência que ela ocupou na história nacional. Ao fazer uma releitura sobre o papel que Ouro Preto, entre outras cidades mineiras, assumiu no delineamento de um certo modelo para a patrimonialização por parte do Estado nacional – como se depreende da atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Nacional, SPHAN (Gonçalves, 1996; Chuva, 2009)–, proponho refletir sobre certas formas mais recentes de se pensar o “patrimônio”, tomando como ponto de partida o contexto da vida ouro-pretana no presente.

Ao observar os modos de referência e de relação mantidas com o patrimônio na vida social de uma “cidade histórica”, busco contribuir para a ampliação do conhecimento sobre o panorama presente da gestão do patrimônio cultural naquela região. Complementarmente, interessa-me pensar em que medida os parâmetros que baseavam a atuação do antigo SPHAN, que voltavam-se para uma política de “materialização da história” nacional,¹ têm coexistido ou estariam sendo substituídos por uma preeminência da atenção voltada ao chamado patrimônio imaterial. Nesse sentido, importa particularmente considerar as relações mantidas entre a sociedade local, partindo da vida dos próprios ouro-pretanos e de suas principais atividades, para observar a dinâmica mantida entre eles e o patrimônio cultural local.

Para tornar claros os tipos de variações existentes entre certas formas de se justificar e pensar o patrimônio – material e imaterial², de ontem e de hoje –, considero que seja preciso recuperar parte do percurso que rendeu a Ouro Preto a posição particular que ela ocupa na história brasileira e, complementarmente, observar quais são as principais atividades coletivas, as festas, que mobilizam os seus moradores atualmente. Tal trajetória, todavia, não visa reconstituir passo a passo cada um dos momentos vividos na cidade, mas, antes, acompanhar algumas das principais imagens formadas sobre Ouro Preto e sobre sua história.

Esta análise, portanto, realizar-se-á através de um movimento metodológico que implica em uma alternância entre possíveis perspectivas de observação sobre aquela cidade. Destaco, assim, que não se trata apenas de variar entre dois objetos de análise – a cultura material e a imaterial –, mas sim de partir das formas de apreensão e classificações de ações, objetos e significados associados a cada um desses termos para então acessar modos variados de pensar e entender Ouro Preto. Guardadas as proporções das respectivas reflexões, pode-se dizer que se trata de um esforço de compreensão que toma como ponto de partida a existência de diferentes modos de enxergar um mesmo evento, conforme Leibniz considerava. De acordo com o autor, “uma mesma cidade, observada de diferentes lados, parece outra e se multiplica em [diferentes] perspectivas.”³

Em diálogo com esse raciocínio, o historiador Jonathan Crary toma como exemplo as diferenças de representação artística da cidade de Veneza. “Por um lado, *Vista de Veneza* (1500), de Jacopo de’ Barbari, exemplifica uma apreensão pré-copernicana, sinóptica e totalizante da cidade como entidade unificada” (Crary, 2012: 56), assim como num mapa, que infere um ponto de vista do alto, de um pássaro ou de Deus. E, “por outro lado, as vistas de Veneza feitas por Canaletto em meados do século XVIII, por exemplo, revelam um campo

¹ Valho-me da expressão utilizada pela historiadora Márcia Chuva (2009), para sintetizar um vetor fundamental das práticas de preservação que eram mantidas pelo SPHAN nos anos 1930-40.

² Ressalto que esse par de termos não se configura como uma antinomia necessariamente. Apresento-os no intuito de destacar suas contraposições, mas sem deixar de considerar as possíveis confluências e os reforços mútuos que eles possam manter entre si.

³ Disponível em: <http://www.leibnizbrasil.pro.br/leibniz-traducoes/monadologia.htm>. Consultado em janeiro de 2016.

ocupado por um observador monádico em uma cidade que só pode ser conhecida como a acumulação de múltiplos e diferentes pontos de vista” (*op.cit.*), tal qual uma sequência de fotografias que revelam diferentes ruas, canais e panoramas que, embora distintos entre si, compõem pelo seu conjunto o cenário da cidade italiana.

O paralelo entre as formas de representação artística e científica (antropológica e/ou histórica) se apresenta, aliás, como resultado da constatação realizada por autores como Howard Becker, por exemplo. Mais do que a arte (ou outro aspecto particular da vida social) ser pensada como um mero “reflexo” do entorno – este pensado, supostamente, como mais ‘relevante’ –, ela se revela como um dos domínios pelos quais pode-se conceber a sociedade e seus valores. De acordo com o sociólogo norte-americano, há formas e meios distintos de se falar sobre sociedade, seja através das obras de ficção, do teatro, da fotografia, dos mapas, das tabelas ou da etnografia etc. Em todas essas variações deve-se considerar que todos eles podem ser “perfeitos... para alguma coisa” (Becker, 2009: 29). O que define essa “perfeição” do modo de representar uma cidade, logo, dependeria da sua finalidade e de sua recepção por parte da comunidade dos intérpretes dessa mesma representação. Tal variação é resultado também – deve-se considerar – das disputas entre diferentes instituições, grupos sociais e atores sociais se interpõem, muitas vezes, em combates para fazer valer um modelo de representação, da cidade, sua identidade e/ou de seu passado, sobre outros (Chartier, 1990).

Levando esses fatores em consideração, traçarei um caminho que vai da breve recuperação do discurso histórico consolidado sobre a cidade e seu patrimônio histórico-arquitetônico que hoje lhe rendem a condição de “cidade turística”, passa pela forma de relação que vem se estabelecendo com o chamado patrimônio imaterial, identificado sobretudo nas festas locais, e chega, finalmente, ao aprofundamento em um contexto festivo particular da Semana Santa ouro-pretana, onde se evidenciará uma forma outra – complementar – de perceber a cidade e suas formas de organização social. Através desse contexto festivo particular, em sua especificidade e em comparação com outros como o Carnaval, refletirei sobre modos de lidar com a ideia de “tradição”, buscando compreendê-los desde as acepções nativas, sob uma perspectiva etnográfica.

A cidade e seus tempos: um panorama possível

Atualmente com mais de 70 mil habitantes⁴, a cidade de Ouro Preto é conhecida pelo conjunto de seu patrimônio histórico-arquitetônico, com destaque para os diversos casarões, igrejas e capelas de inspiração barroca e rococó que se integram à paisagem montanhosa do centro urbano, bem como para o lugar de proeminência que ela ocupou na história nacional. Repleta de ladeiras e vielas conservadas ao longo de séculos, ela atrai a atenção de milhares de turistas, de dentro e de fora do país, interessados em conhecer as heranças artísticas e materiais de uma cidade marcada por um passado de riquezas oriundas da extração do minério que lhe deu nome.

Grande parte das narrativas históricas sobre a formação inicial de Ouro Preto, assim como de outras cidades mineiras, remontam ao chamado Ciclo do Ouro, remetendo ao final do século XVII e passando por um rápido crescimento já no início do XVIII. Em 1711, através da junção de diversos arraiais, elevou-se aquela área à categoria de vila – então chamada de Vila Rica. Menos de uma década depois ela se tornaria a capital de Minas Gerais. Por conta do volume de riquezas extraídas de seus morros e encostas, a antiga Vila se tornou palco de diversos conflitos associados às disputas entre os primeiros grupos de ocupantes da região

⁴ Segundo a estimativa do IBGE para o ano de 2015, a população local totalizaria 74.036 indivíduos. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=314610>. Consultado em julho de 2016.

(formados sobretudo por bandeirantes paulistas) e aqueles que se vinculavam à Coroa Portuguesa, que controlava e tributava os ganhos produzidos através da mineração (Salles, 1999).

Segundo essa linha de interpretação histórica, o cenário na região se tornaria ainda mais dramático com o declínio da exploração aurífera, culminando na revolta que ficaria conhecida como Inconfidência Mineira, da qual se destaca a figura de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes – que, nos séculos seguintes, se tornaria um símbolo nacional, como mártir da resistência brasileira contra o jugo colonizador (Carvalho, 1990). A mitologia que seria desenvolvida em torno de tal figura teria sido antecedida, entretanto, pela oscilação entre movimentos de estabilidade e relativo declínio econômico de sua cidade natal.

Na verdade, a habitual ênfase na dimensão econômica da cidade para recontar sua história reforça a preponderância de um dos seus “tempos” em relação a outros. Isso se evidencia particularmente no contraste evidenciado entre o período fausto de sua formação primeira e aquilo que se destaca quando o período abordado é o século XIX. Sobre o oitocentos, frequentemente se enfoca a “estagnação quase total de Ouro Preto por mais de um século” (Motta, 1987:110) – muito embora, como atenta Aguiar (2013:180), possa ser identificado nessa época um “significativo número de novas construções religiosas e políticas e melhorias urbanas mesmo após a diminuição da extração aurífera”. Além disso, “novas atividades produtivas desenvolvidas a partir da mineração tornaram-se tão ou mais rentáveis do que a exploração das jazidas. Destaca-se o desenvolvimento comercial e das funções administrativas em Vila Rica, capital de uma província próspera.” (*op. cit.*)

De fato, em 1823, a Vila se tornava a “Imperial Cidade de Ouro Preto” e, nas décadas seguintes, destacava-se pela inauguração das Escolas de Farmácia (1839) e de Minas (1876). Porém, com a transferência do título de capital de Minas Gerais para Belo Horizonte, em 1897, a cidade se veria novamente numa situação de acentuada crise – por um lado, todo o quadro do funcionalismo se deslocava para esse novo centro do poder. Por outro, e complementarmente, a nova capital, planejada, passava a representar os ideais de progresso e modernidade associados à República, enquanto Ouro Preto ficava relegada às imagens do ‘arcaico’ e do ‘antigo’ (Natal, 2007:20), como uma cidade “imprópria para abrigar uma capital moderna” (Andriolo, 2009:162).

Mas, paralelamente a esse relativo ostracismo, ou mesmo em função dele, logo no início do século XX surgem os primeiros discursos que abordariam a cidade a partir de uma perspectiva preservacionista. Sem as riquezas e as personalidades que haviam marcado seu primeiro tempo de existência, Ouro Preto passava a interessar as pessoas pela sua capacidade de conservar parte importante do ‘substrato’ material do passado de Minas e do Brasil. Daí as figuras como Tiradentes e Aleijadinho terem os seus respectivos cultos (civis e artísticos) ampliados no século XX.

Imbuído do espírito de realizar uma “descoberta do Brasil” desde suas origens é que um grupo de modernistas – incluindo Tarsila do Amaral, Mário de Andrade e Oswald de Andrade, entre outros – viaja, em 1924, às cidades históricas de Minas durante a época da Semana Santa. Ali eles se confrontariam, conforme sintetizou Oswald no poema *Ouro Preto*, com as “ladeiras do passado”. Acompanhando as atividades religiosas e as profanas que encontravam pelo caminho, os paulistas que haviam se engajado na Semana de Arte Moderna se encantavam com as paisagens e pessoas que iam conhecendo ao mesmo tempo em que lamentavam o “abandono” das igrejas e construções da cidade (Cortez, 2010).

O apelo desses e de outros intelectuais repercutiria, na década seguinte, no decreto do então Presidente Getúlio Vargas elevando a cidade de Ouro Preto à categoria de “Monumento Nacional”. Foi Manuel Bandeira, poeta pernambucano vinculado aos modernistas de São Paulo, que espalhava a “grata notícia” através de um artigo publicado no *Estado de Minas*, em 1933:

“Li num jornal, perdida numa lista enorme de decretos, a grata notícia (...). Esfreguei os olhos para me certificar de que estava bem acordado, e tornei a ler. (...) Deve ter sido milagre de Nossa Senhora do Pilar o haver a sua cidadezinha guardado o recato da mineira antiga (...). A pobreza, que perde tanta gente, será o que a terá salvado? Em sua decadência econômica, (...) não houve recursos para se cuidar em abrir novas ruas, alargar ladeiras, restaurar monumentos. Nas reparações dos velhos prédios carcomidos a economia levou sempre a alterar o menos possível. Em casas novas não se pensava. Assim, Ouro Preto não mudou e nisso reside seu incomparável encanto.” (Bandeira, 2009:58-59)

Em 1938, Manuel Bandeira atende ao pedido de Rodrigo Melo Franco de Andrade, então diretor do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado um ano antes, e publica o *Guia de Ouro Preto*. Contendo fotografias, ilustrações e um mapa ao final, o guia trazia em detalhes a história da cidade, de seus personagens mais importantes, de seus visitantes ilustres, e continha, ainda, roteiros para serem feitos a pé ou de automóvel pela cidade, descrevendo os seus vários monumentos e igrejas. A publicação reforçava os efeitos do seu tombamento – como parte da primeira leva de cidades históricas reconhecidas pelo SPHAN – como “Patrimônio Nacional”. Conforme atenta Adriolo (2009:163), “a publicação de guias de viagem aparece como atividade relevante naquele momento”, como parte do investimento do Governo Federal no que então se reconhecia como “patrimônio” no Brasil.

A política que visava salvaguardar o passado e estimular o turismo na cidade se completaria, não obstante, com a criação de um novo hotel, tarefa atribuída a uma comissão que tinha como seu líder o urbanista Lúcio Costa e o jovem arquiteto Oscar Niemeyer. O Grande Hotel, finalizado em 1940, foi construído na região central da cidade com uma arquitetura marcada por traços retilíneos e modernos, intencionalmente distintos da arquitetura colonial do entorno.⁵ Em sua abordagem sobre o histórico da atuação do SPHAN na cidade, Lia Motta (1987:111) destaca que os arquitetos citados esperavam que, pela sua aproximação e contraste, as duas referências estéticas juntas “eternizariam desta forma, como um santuário, o ideal de atualização e nacionalidade modernista.”

Na medida em que Ouro Preto se tornava alvo de atenção dos órgãos do Estado, mais a sua representação como cidade histórica e turística ia se fortalecendo, como se evidenciou nas décadas seguintes à sua patrimonialização. Paralelamente ao desenvolvimento das atividades industriais, com a fábrica de produção de alumínio da ALCAN,⁶ e a formação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), em 1969, as ações municipais direcionadas ao

⁵ “Em 1938, ano da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – hoje IPHAN – o governo Getúlio Vargas uniu-se ao governo de Minas na criação de hotéis para apoiar o desenvolvimento do turismo em Ouro Preto e em Diamantina, cidades internacionalmente famosas desde o século XVIII, como principais centros urbanos criados pelo Ciclo do ouro e do diamante. Uma comissão liderada pelo urbanista Lúcio Costa (mais tarde criador do Plano Piloto de Brasília, DF) encarregou o então jovem arquiteto Oscar Niemeyer da tarefa de projetá-los, com a missão de criar edifícios que, intencionalmente, se diferenciasssem do casario colonial. Niemeyer projetou o Grande Hotel de Ouro Preto com linhas arrojadas e retilíneas, com amplos vãos elevados sobre pilotis, cujos planos frontais totalmente envidraçados descortinam a paisagem histórica. O moderno edifício foi implantado em área de 7 mil metros quadrados, no coração urbano de Ouro Preto, com jardins de Burle-Marx, o genial paisagista da Pampulha, em Belo Horizonte, e do Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro.” Disponível em <http://www.webagendacultural.com.br/guia-comercial-de-dores-de-campos/item/847-grande-hotel-ouro-preto/847-grande-hotel-ouro-preto>. Consultado em janeiro de 2016.

⁶ Em 1950 a ALCAN Alumínio do Brasil adquiriu os equipamentos e ações da antiga Elquisa (Eletro Química Brasileira S.A.), fundada em 1934, que realizava pesquisas de bauxita, pirites, minérios de ferro e manganês. Em 1955 foram construídas vilas operárias nos bairros de Saramenha e Bauxita, além da Vila dos Engenheiros, que seguia o modelo urbanístico de cidades-jardim. A ALCAN permanece em atividade até hoje, sendo responsável, junto com outras empresas, por parte importante do PIB municipal. Informações disponíveis em (DRUMMOND, 2011:428) e no *site* do Arquivo Público Municipal de Ouro Preto: <http://arquivopublicoop.blogspot.com.br/2013/02/producao-de-aluminio-impactos-na.html/>. Consultado em maio de 2015.

turismo se ampliaram principalmente nos anos 1960 e 70: em 1963 foi realizado na cidade o primeiro curso de “cicerones” para atender os turistas; em 1967 houve a criação de um Departamento de Turismo na Prefeitura Municipal e, em 1973, foi instaurada pela primeira vez uma Secretaria de Turismo (conf. Drummond, 2011:428). Foi também na década de 1970 que o governo estadual de Minas Gerais criou a Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, como reflexo de uma maior atenção voltada a “projetos de desenvolvimento turístico na região” (Cançado, 1974:17).

Conjuntamente com essas transformações, a cidade tornou-se parte dos alvos de atenção de órgãos internacionais vinculados ao patrimônio, tal como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que “passou a atuar intensamente na área de preservação cultural, oferecendo principalmente treinamentos e formação de pessoal para atuação nesse campo” (Aguiar, 2016:102). Foram, então, elaborados planos de atuação para o patrimônio histórico da cidade, considerando o crescimento urbano e as transformações sociais vivenciadas pelos moradores. Ainda que não tenham sido efetivamente implantados em sua completude (Motta, 1987:119), tais planos expressam o tipo de repercussão que a cidade passou a gerar junto a atores de diferentes instituições preocupadas com a preservação e salvaguarda de elementos centrais à caracterização de seu sua imagem mais difundida (para os potenciais turistas e demais visitantes) até o momento presente.

Naquela conjuntura, confirmava-se ainda um importante deslocamento nos modos de compreensão do patrimônio, que englobava não apenas sua dimensão arquitetônica e artística, mas os “bens culturais” – inclusive imateriais – que comporiam os traços singularizadores da fisionomia da cidade. Em 1980, esse tipo de atenção convergiu no processo de eleição de Ouro Preto ao título de patrimônio Cultural da Humanidade, conferido pela Unesco – uma nomeação que segue como uma forma de agregar certos valores à história e cultura da cidade.

As festas na cidade: patrimônios e outros modos de pensar a “tradição”

Com a configuração da progressiva atenção destinada ao estímulo do turismo na cidade, nota-se que foi nas décadas finais do século XX que se acentuou o investimento local, sobretudo por parte da Prefeitura, nas festas realizadas na cidade para torná-las mais atrativas aos turistas. Em 1984, por exemplo, os valores destinados para as escolas de samba e blocos de rua do Carnaval ouro-pretano passam a ser 400% maiores do que os do ano anterior (Soutto Mayor, 2012:37).⁷ O cenário ouro-pretano era acompanhado, não obstante, pelo de outras cidades históricas de Minas que também começavam a apostar no carnaval como forma de estimular o crescimento de suas economias a partir do turismo (ibid.: 85).

Concomitantemente, a festa do Doze (em 12 de outubro), data comemorativa da fundação da Escola de Minas, atravessa algumas mudanças. Para além do baile que até então concentrava a atenção dos ex-alunos da antiga Escola, passaram a ser realizadas festas (em número cada vez maior) nas próprias repúblicas estudantis – muitas delas localizadas no centro histórico da cidade.⁸ O crescimento da festividade, todavia, foi acompanhado pela crítica dos moradores à “desorganização” e “bagunça” que se criava nas ruas da cidade. Para alguns ouro-

⁷ Num valor total de cinco milhões de Cruzeiros (op. cit.). Naquele momento, existiam seis escolas de samba, a primeira delas criada em 1957 (Império do Morro Sant’Ana) e as demais até 1980. Atualmente existem sete escolas de samba na cidade – a última foi fundada em 2010. (DRUMMOND, 2011).

⁸ Seja pelo tempo de existência das Escolas de Minas e Farmácia na cidade, ou pela ampliação, nas últimas décadas, do número de cursos de graduação da UFOP, a contínua e explícita presença de estudantes universitários em vários bairros e no centro colabora para a representação de Ouro Preto como sendo uma “cidade universitária” – imagem que ora se associa, ora contrasta com a de “cidade histórica” e “turística”.

pretanos, o crescimento das festas dos ex-alunos acarretava o inconveniente de a cidade ser invadida por “um monte de farofeiros” (Teodoro, 2003: 36).

Do mesmo modo, com o crescente interesse pelo Carnaval da cidade – que nos anos 1990 passou a ser fortemente influenciado pela onda da axé *music* e por um estilo de diversão semelhante às micaretas –, parte da população local começou a se manifestar contra o tipo de padronização cultural que estaria em curso. Alguns dos principais problemas relacionados ao crescimento do número de turistas na cidade tinha a ver com o incômodo por ver o centro urbano tomado por pessoas “de fora” e com uma possível perda dos elementos “tradicionais” daquela festa. Reagindo a tal tendência, logo no início dos anos 2000 o poder público iria por em ação um “plano de ações para resgatar a tradição do carnaval no município” (Souito Mayor, 2012:122).

Um dos elementos centrais que se destacam desse tipo de preocupação com o caráter mais ou menos “tradicional” de uma festa se relaciona diretamente com as diferenciações sociais que configuram o quadro mais amplo das críticas ou dos elogios feitos a esta ou àquela festa em particular. Isso se deve ao fato de que as festas em Ouro Preto – como em outros universos sociais – ativam dimensões multifacetadas da vida social na cidade. Pude notar isso através do meu investimento em pesquisa de campo na cidade entre os anos de 2009 e 2013, quando acompanhei as celebrações das Semanas Santas, de alguns carnavais, de festas do 12, além de outras celebrações populares como a festa de Nossa Senhora da Conceição, de Nossa Senhora Aparecida e Nossa Senhora do Rosário⁹. Pude observar também o Festival de Cinema, realizado costumeiramente no final de junho de cada ano, e o Festival de Inverno, que cobre a maior parte do mês seguinte, com shows e apresentações artísticas gratuitas. Ao acompanhar esses diferentes eventos, que mobilizam grupos sociais variados, pude constatar que existe uma forma de tipificação – reproduzida tanto por alguns moradores, quanto por pesquisadores da região (Giovannini Júnior, 2001) – que se enquadra em 3 vértices principais: dos “turistas”, dos “moradores” e dos “estudantes”.

Conforme observei, pode-se identificar, em certas festas, a preponderância de cada um desses “tipos”, sejam os estudantes (como é o caso da festa do 12), ou os moradores (como as festas católicas), ou de turistas (como no caso do Festival de Inverno). Essa configuração nos permite pensar, por um lado, que a cidade pode ser vista por qualquer um desses planos, pois ela comporta a todos. Mas, por outro lado, creio que a gama de variações dentro de cada um desses três tipos citados pode ser tão grande que o contraste entre cada pólo se dilua significativamente quando lançamos a eles um olhar mais aguçado. Não que as diferenças necessariamente desapareçam. Ao contrário; ao observar e acompanhar as diferentes festas na cidade, pude notar que as distinções se multiplicam nas relações entre moradores, turistas, estudantes e entre os membros de cada um desses tais grupos. Há turistas “gringos”, brasileiros,

⁹ O meu primeiro contato com a cidade ocorreu, na realidade, no ano de 2004. Acompanhei, posteriormente, como espectador, a Semana Santa do ano de 2008 e o festival de inverno. Já em 2009, no 1º ano do doutorado em Antropologia Social no PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, iniciei minha observação-participante, circunscrita ao período temporal compreendido pela própria festa da Semana Santa. Em 2010, acompanhei a celebração da festa pascal e retornei à cidade no segundo semestre (quando pude acompanhar as festas de outros santos católicos). Em 2011, acompanhei o Carnaval, a Quaresma, a Semana Santa e permaneci mais dez dias em campo. Retornei à cidade em maio desse mesmo ano (2011) para acompanhar a realização do Triunfo Eucarístico (reencenando aquele antigo evento, de 1733). Em 2012, cheguei à cidade no início da Quaresma e permaneci até o término da Semana Santa. Finalmente, em 2013, no último ano do doutorado, minha permanência em campo correspondeu ao tempo da festa. Retornei, ainda, em 2015, novamente acompanhando o período da festa. Ao longo desses períodos, chegando até o momento presente, mantive contato com diferentes interlocutores também através da internet. Em campo, privilegiei os procedimentos metodológicos do trabalho de campo de cunho antropológico. Realizei pesquisas bibliográficas nos acervos locais, produzi dezenas de entrevistas gravadas em áudio e vídeo, acumulei muitas notas em cadernos de campo e acumulei, também, um acervo fotográfico de mais de 4 mil imagens. No conjunto, as várias formas de produção de dados foram entrecruzados para o estudo da cidade e suas festas, especialmente a Semana Santa.

religiosos, intelectuais, estudantes etc. Há moradores nativos da cidade, outros que se mudaram para lá, os que gostam dali, os ouro-pretanos que não gostam, os moradores que são estudantes, os que se identificam com as separações entre as paróquias e bairros, outros que não dão importância a isso nem às festas locais. Em relação aos estudantes, ainda, o exercício de pluralização da alteridade se dá da mesma maneira, pois além das áreas de estudo, dos interesses pessoais, proveniências sociais, econômicas e culturais se juntam com as diversas maneiras de se relacionar (ou não) com a vida local.

As classificações sociais operam, portanto, em contínua interação com formas variadas de apropriação e de relação com seus conteúdos. Assim como a variedade de razões que mobilizam “turistas”, “estudantes” e “moradores” para sua participação ou não nas festas locais, do mesmo modo pode-se observar que há formas complexas de se lidar com o patrimônio. Quero dizer com isso que paralelamente à continuidade material não só do patrimônio arquitetônico e urbano local, mas da própria classificação da cidade como tal (obtida através dos títulos concedidos por diferentes instituições públicas, do antigo SPHAN à Unesco), a ideia de “patrimônio” frequentemente se associa a outras noções que a complexificam e a deslocam o seu sentido, digamos, mais clássico.

Para exemplificar uma evidência dessa apropriação, cito uma fala que ouvi durante o tempo de pesquisa na cidade, quando conversava com um sacerdote que atua numa das paróquias locais, e que me dizia: “Aqui, a tradição pega rápido”. A velocidade da “tradição pegar” estava associada, no contexto daquela conversa, em relação ao fato de que algumas práticas rituais foram rapidamente assimiladas ao conjunto de celebrações religiosas mantidas durante a Semana Santa de Ouro Preto. O que era uma atividade nova, recente, após ser repetida num intervalo de poucos anos, passou a ser vista como uma prática “tradicional”.

Complementarmente a isso, lembro-me de momentos em que ouvia alguns jovens guias turísticos referindo-se a determinadas celebrações religiosas cujos formatos atuais se mantêm desde o fim do século XX como se fossem heranças do século XVIII (ou mesmo anteriores a isso). Alguns são moradores da cidade que se nas procissões da época da Semana Santa, buscando remontar da melhor forma o aspecto “tradicional” que eles reconhecem naquelas atuações. Conforme pude observar nesses e em outros casos, a tradição não é entendida em Ouro Preto como algo inerte. Defende-se a tradição na mesma medida em que ela é recriada, tematizada, torna-se alvo de atenção. Ou, como uma vez ouvi de uma historiadora, moradora da cidade e membro da comissão ouro-pretana de folclore: “muita coisa, se não mudar, morre”.¹⁰

Em falas nativas como essa, evidenciam-se certos modos locais de compreensão da “tradição” e do “patrimônio” local que não se alinham às definições e rotinas de trabalho que caracterizam e orientam a atuação de órgãos como o IPHAN na cidade. Isso fica particularmente claro nas tensões que, ao longo de décadas, se evidenciaram entre os moradores e o poder público local, de uma parte, e os agentes do Patrimônio, de outra. Sabe-se que, em Ouro Preto, “a ação de muitos dos governos municipais foi (...) considerada criminosa em relação a patrimônio cultural da cidade. [E] Por outro lado, as autoridades municipais consideravam as políticas preservacionistas do IPHAN como interferências diretas em sua autonomia administrativa” (Aguar, 2016:100).

Mas as dissonâncias entre as referidas instituições, todavia, não resulta apenas de uma relativa disputa de autoridade e poder, perpetrada entre agentes da Prefeitura e do IPHAN, mas revelam, na verdade, uma diferenciação semântica fundamental nem sempre considerada plenamente pelos estudiosos da cidade e de seu patrimônio. Ao dizerem que a “tradição” somente se manteria viva se fosse atualizada, transformada, os meus interlocutores indicavam

¹⁰ A historiadora em questão, Maria Agripina Neves, conversava comigo a respeito da introdução das Congadas na festa anual de Nossa Senhora do Rosário, fato que ocorreu no início dos anos 2000. Tais danças são percebidas pelos seus próprios participantes como manifestações populares “tradicionalistas”.

que há um modo de compreensão da tradição e, logo, do passado que não se restringe à certa perspectiva historiográfica de analisar a passagem do tempo e os modos sociais de se relacionar com ela. Isso pode parecer óbvio à primeira vista, mas as consequências não são auto-evidentes. Pois, se tomarmos a sério o ponto de vista nativo – compreendendo tal ação como um princípio epistemológico fundamental da Antropologia¹¹ –, seremos levados a constatar que um modelo de classificação que presume e identifica a existência de uma tradição “genuína” em contraste com uma “tradição inventada” (Hobsbawn, 1997) talvez não nos diga muito sobre o que há de particular no modo como os moradores, estudantes e/ou turistas pensam essas mesmas noções.

De uma perspectiva antropológica, a relação entre transformação e mudança, por um lado, e conservação e manutenção, por outro, não é necessariamente opositiva. Lembremos que Claude Lévi-Strauss (1976) identifica que não há, de fato, nenhum exemplo de vida social que se veja totalmente isenta de transformação. A suposição de que há grupos humanos mais fixos que outros só faz sentido quando o ponto de referência de tal observação se coloca em uma posição de mudança. Ou seja, o parâmetro para se distinguir entre mudança e fixidez é relativo.

Há, nesse mesmo sentido, uma passagem da obra de Marshall Sahlins que torna clara a relatividade dos julgamentos sobre as mudanças culturais e seu potencial caráter “inventivo” ou ficcionalizante de determinado passado. A comparação realizada pelo autor, especificamente, desdobra-se entre, de um lado, sobre a relativa naturalidade associada ao “Renascimento” na Europa, quando certas nações evocaram e/ou mimetizaram intelectuais, línguas e modelos estéticos que remontavam a povos outros, distantes cerca de um milênio, e de outro lado, as críticas de “invenção da tradição” aplicadas aos povos não europeus:

“Quando são os europeus que inventam suas tradições - com os turcos às portas - trata-se de um renascimento cultural genuíno, o início de um futuro de progresso. Quando outros povos o fazem, é sinal de decadência cultural, uma recuperação fictícia, que não pode produzir senão simulacros de um passado morto.” (Sahlins, 2002:05)

Naquilo que nos concerne mais diretamente neste artigo, chamo a atenção para o fato de que as apropriações ouro-pretanas em torno do caráter “tradicional” de suas festas nos servem como objetos que nos permitem compreender a relatividade da noção de “passado” e de “patrimônio” naquele contexto. Nesse sentido, cabe observar que aquilo que se constitui como patrimônio cultural não é um fato em si, mas algo que socialmente vai sendo percebido como tal, a partir de conjunturas sociais e culturais particulares. E, complementarmente, as festas – e seus rituais variados – se apresentam, logo, como contextos privilegiados para se pensar as formas de classificação local do “patrimônio” – um conceito operativo na definição da imagem mantida sobre Ouro Preto ao longo de quase um século.

Consideremos, por exemplo, a atividade de “retradicionalização” mobilizada inicialmente pelas reações às festas de grande público como o Carnaval. Depois das críticas à suposta “invasão” da cidade por “gente de fora”, segundo os moradores, a Prefeitura Municipal, nos últimos anos, passou a distribuir guias turísticos e *folders* aos viajantes de passagem pela cidade contendo *slogans* tais como “Ouro Preto - Patrimônio da Alegria” (2008) e “Ouro Preto - Nosso Passado é Nosso Futuro” (2010-2011).¹² Junto a isso, as bandas de *axé music* foram gradualmente substituídas (embora não completamente) por grupos de samba e de marchinhas

¹¹ A observação de Maurice Merleau-Ponty sobre a especificidade da disciplina é iluminadora nesse sentido. Segundo o autor (1975), “para uma antropologia, não se trata de dar a razão do primitivo [ou qualquer ‘nativo’] ou de lhe dar razão contra nós, e sim de instalar-se num terreno onde sejamos, uns e outros, inteligíveis, sem redução nem transposição temerária.”

¹² Documentação obtida no centro da cidade, integrada aos dados de pesquisa levantados durante os anos de 2009 a 2013.

de carnaval – dentre as quais, destaque-se, recebe particular atenção aquelas associadas ao Zé Pereira dos Lacaios, personagem que dá nome a um bloco carnavalesco cuja fundação dataria do século XIX.¹³

Há, nessa atividade cultural estimulada pela Prefeitura, uma evidente modificação na forma de compreender as festas locais. Se até os anos 1970 e 80 elas eram enquadradas na toponímia do “folclore” (como se observa no guia de visitação produzido pela Associação de Guias de Turismo da cidade, em 1984), no período mais recente as festas como o Carnaval e a Semana Santa, por exemplo, passam a ser lidas sob o signo do “patrimônio imaterial” e do “turismo”. E, com isso, várias “tradições” diferentes podem ser acionadas para compor uma imagem da cidade.

Essa dinâmica, aliás, faz parte de uma tendência mais ampla, reproduzida em diversas outras localidades pelo país. Afastando-se do discurso nacionalista característico de boa parte do século XX, como se observada nas atividades do SPHAN, nas últimas décadas os governos municipais, estaduais e federal passaram a assumir outro modo de legitimação de seus “patrimônios”. Em suas ações, como observam Cavalcanti e Gonçalves (2010), há um enfoque novo sobre os aspectos “culturais” de cada grupo social particular. Afirmam os autores:

“Essa mudança é visível nos vocabulários do patrimônio. Se até os anos 1980, o vocabulário da história, e especialmente da história da arquitetura, eram fundamentais na construção do patrimônio; nas últimas décadas, assiste-se a uma intensificação dos usos do vocabulário da moderna antropologia social e cultural.”

Nesse contexto, as festas religiosas da cidade ganham destaque, passando a ser vistas não apenas como parte da devoção dos moradores, mas também como um traço fundamental da “cultura ouro-pretana” – que se torna um elemento que irá favorecer o turismo. Num documento produzido em 2006 pela Diretoria de Promoção Cultural da cidade, vinculada à Prefeitura Municipal, afirmava-se por exemplo: “O Patrimônio Imaterial de Ouro Preto é pautado pela diversidade cultural e traz fortes tradições religiosas como principal característica”.¹⁴ Na sequência do texto, que foi divulgado entre diferentes órgãos de imprensa de Minas, vinham enumeradas as festas de santos padroeiros da cidade e dos distritos, a Semana Santa e o Corpus Christi, as Folias de Reis e do Divino, Cavalhadas, a Dança de São Gonçalo etc.

Entre tais festas, cada uma repercutindo algum elemento do todo da “diversidade cultural” reconhecida no município, a Semana Santa é destacada na medida em que nela não se propagavam os valores de nenhum grupo étnico-racial ou social específico – como ocorre com a festa de Nossa Senhora do Rosário, por exemplo, “uma tradição da cultura afro-brasileira presente em Ouro Preto”, segundo o mesmo documento citado acima. De sua parte, a festa máxima do calendário cristão é compreendida como uma das ocasiões propícias para o envolvimento da cidade como um todo, mobilizando não só um aspecto de sua cultura, mas várias atividades complementares (como as formas próprias de celebração das missas e as músicas tocadas pelas bandas locais), que formam a “cultura da região”, a sua “identidade enquanto povo”. Essas últimas expressões que cito estão, aliás, presentes nas falas dos moradores, como se observa no discurso de um senhor que explicava, em entrevista, a importância da Semana Santa para a cidade:

¹³ Para mais informações sobre o bloco, Conf. “IEPHA/MG apresenta: Zé Pereira, tradição antiga no Carnaval”, disponível em: <http://iepha.mg.gov.br/banco-de-noticias/1039-iephamg-apresenta-ze-pereira-tradicao-antiga-no-carnaval>. Consultado em novembro de 2016.

¹⁴ Documentação obtida junto a funcionários da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Material integrado aos dados de pesquisa levantados durante os anos de 2009 a 2013.

“Primeiro, tem o sentido maior da fé que é a festa da Páscoa. A comemoração da ressurreição de Jesus Cristo. Nós como cristãos, católicos... a gente não pode nunca deixar de lembrar esse fato tão importante. Se não fosse a ressurreição, eu acredito que não haveria nem cristianismo, nem o catolicismo. Então, a Semana Santa, ela tem essa questão da gente reafirmar nossa fé. De reafirmar publicamente nossa fé, porque a Semana Santa tem muitas atividades que são externas. Pra paróquia, é um momento importante porque a história da paróquia está ligada à Semana Santa. A história da cidade está ligada à Semana Santa. Então... são cerimônias que, aqui em Ouro Preto, ganharam [cara] própria, né? Com a cultura da região. Com músicas feitas especificamente para essa época, com cerimônias próprias daqui, que vêm se mantendo ao longo dos anos. Então, isso é muito importante porque é também uma maneira de, além de demonstrar a fé, de reafirmar nossa cultura, nossa identidade enquanto povo. (...) Muitos de nós se dedicam a algumas atividades na Semana Santa: na organização, ou como figura bíblica, ou ajudando lá a bater sino, ou tocando nas bandas, cantando... É um momento assim em que as pessoas participam mais ativamente. Se doam mais. E isso é bom porque cria um vínculo maior das pessoas, da comunidade. As pessoas se tornam mais próximas umas das outras, e aí aquela identidade de comunidade, ela se evidencia mais nesse momento. Então, eu acho que a importância é essa, né? Além de demonstrar a fé, de integrar e de reafirmar a cultura que a gente tem.”

(Sérgio, 50 anos, morador do bairro São Cristóvão. Entrevista realizada em 2011)

Nota-se, assim, que a ênfase dada à celebração da ressurreição de Cristo se associa ao discurso mais amplo de valorização da história local (incluindo a história das paróquias formadas ainda no século XVIII) e das formas próprias de festejar o mistério cristão “que vêm se mantendo ao longo dos anos”. Desse modo, e diferentemente do Carnaval, a Semana Santa não precisaria ser ‘reconvertida’ às suas formas antigas de celebração. Conforme se afirmava num *folder* distribuído pela Prefeitura a moradores e turistas durante as festas nos anos de 2010 e 2011, “há mais de três séculos” a Semana Santa mobilizaria toda a cidade:

“A Semana Santa é Ouro Preto em pleno estado de graça. No altar das montanhas de Minas, a cidade celebra sua festa maior, na qual arte e fé se confundem e projetam, numa única expressão, o sentimento mais profundo do povo. Há mais de três séculos, Ouro Preto rememora a Paixão de Jesus Cristo com a dramaticidade barroca da liturgia e a emoção criadora da arte”.¹⁵

A ideia de continuidade da Semana Santa, como algo “interno”, característico da cultura ouro-pretana, reflete-se inclusive nas formas de abordar e contrapor os efeitos dessa festa e os do Carnaval sobre a vida dos nativos. Embora o Carnaval gere uma movimentação de turistas maior do que a festa católica, o fato de ele ser marcado por uma maior concentração de jovens que não teriam vínculos com a cidade (ou com sua “tradição”) faz com que, ano após ano, vários moradores prefiram sair dali nessa época. Já na Semana Santa, conforme me diziam meus interlocutores, seriam os turistas que se “adequariam” à tradição local. Essa adequação se realizaria no respeito ao modo singular de celebração e de encenação que as principais paróquias da cidade fazem da Paixão de Cristo. Um espetáculo que, segundo um jovem morador de Ouro Preto, “é igual um carnaval, só que santo”.¹⁶ Vemos, com isso, que a “tradição” que é associada a blocos carnavalescos como o Zé Pereira dos Lacaio, citado anteriormente, é também atribuída às atividades rituais da festa católica, mas sob um viés diferente. E, nesse sentido, as diferenças entre duas atividades “tradicionais” importam na medida em que nos permitem compreender que tal noção – a de tradição – não se baseia, naquele contexto, unicamente em função de uma maior ou menor historicidade, ou antiguidade, atribuída a determinada prática social, mas que essa mesma noção assumi ali contornos

¹⁵ Parte do conteúdo desse *folder* foi divulgado em diferentes *sites* da cidade, incluindo o de um periódico local (<http://www.oinconfidente.com.br/noticias/acervo/651>) e o da Prefeitura Municipal (<http://www.ouropreto.mg.gov.br/noticia/961/semana-santa-em-ouro-preto-cidade-dividida-entre-jacubas-e-mocotos>). Consultados em julho de 2016.

¹⁶ Quem me disse isso foi Guilherme, estudante e vizinho de dona Haydê, senhora que me hospedava em Ouro Preto durante minha pesquisa.

variáveis, dado que faz parte de uma conjuntura específica e relacional. Ou seja, não lidamos apenas com dois tipos de tradições (genuínas vs. inventadas), mas com tradições que mobilizam diferentes atores e instituições, articulando entre si significados e valores que remetem a aspectos variados da experiência de vida em Ouro Preto. Para nos aprofundarmos nos modos nativos de compreender algo “tradicional”, passo a falar especificamente das celebrações da Semana Santa e do sentidos que elas mobilizam em Ouro Preto.

Semana Santa: “tradição” que reúne e que separa

No contexto de uma cidade cuja história foi marcada, primeiramente, pela ênfase em sua condição de “cidade sagrada do Brasil” (Barroso, 1944:13), como peça fundamental para se recompor a história da nação brasileira, delinear um modelo de “bens” materiais patrimonializáveis e, mais recentemente, pela intensificação do turismo e pela valorização de sua cultura imaterial, de suas festas, a Semana Santa aparece portanto como um evento particularmente interessante na medida em que nos permite acessar, a partir dos próprios moradores, certos modos correntes de pensar a cidade e de seu patrimônio cultural.

A ideia de que a celebração da Semana Santa “cria um vínculo maior das pessoas”, fortalecendo os laços “da comunidade”, conforme vimos acima, faz parte também dos discursos mantidos pelos órgãos responsáveis pela divulgação e propaganda da festa para atrair mais turistas. Reforçando os sentidos associados a uma das principais “festas tradicionais da cidade”, os agentes de comunicação da Prefeitura tratam de disseminar em diferentes *sites* os calendários da celebração, suas atividades mais importantes e, também, as conexões que a festa do presente mantém com o passado dessa cidade histórica.

Nesse processo, porém, a imagem de comunhão social atribuída à festa acaba contrastando com uma história de divisão, de separação entre duas áreas da cidade que teria se iniciado ainda na época de formação da antiga Vila Rica, mas que se manteria viva até hoje:

“A Semana Santa tornou-se o principal acontecimento na vida da metrópole do garimpo, que fervilhava na agitação típica de um eldorado. E a festa religiosa se viu também atingida pelos conflitos que se alastravam entre a população, em meio à febre do ouro. Separados pelo morro de Santa Quitéria, sobre o qual se estende a Praça Tiradentes, paulistas pioneiros e portugueses senhores da colônia firmaram forte rivalidade. Na paróquia de Antônio Dias, concentraram-se os oriundos de São Paulo, desbravadores do sertão e responsáveis pela descoberta das minas. Na freguesia do Pilar, instalada no Ouro Preto propriamente dito, ficaram os portugueses, reinóis e donos do território. Para evitar as permanentes contendas entre jacubas (moradores do Antônio Dias e comedores de farinha) e mocotós (habitantes do Pilar regalados com fartura de carne), as Paróquias sabiamente decidiram estabelecer alternância na celebração da Semana Santa. A cada ano, uma delas assumiria a direção dos festejos, evitando atritos. No ano par, a presidência da Semana Santa cabe à Paróquia de Nossa Senhora do Pilar, padroeira da cidade, e no ano ímpar, à de Antônio Dias. Mas Ouro Preto, como um todo, se movimenta e colabora para que a Semana Santa seja, sempre mais, o comovente testemunho da fé que ilumina a alma de seu povo.”¹⁷

Como se nota, não só o reforço dos vínculos de “comunidade” compõe a tradição da festa, mas também o conflito – ou a resolução para evitá-lo, fazendo com que as paróquias passassem a se alternar no comando da festa – aparece como elemento importante da identidade local. A continuidade assumida entre as contendas do século XVIII – lembremos, no período ‘áureo’ da cidade – e o modo de festejar a Semana Santa no presente nos mostra, dessa forma,

¹⁷ Texto reproduzido em diversos *sites* e atribuído a Angelo Oswald, ex-Prefeito da cidade e atual presidente do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), instituição vinculada ao Ministério da Cultura (MinC). Disponível em http://www.carnavalouropreto.com/semana_santa_em_ouro_preto.php, entre outros. Consultado em março de 2013.

como os atributos do passado e da história são utilizados para enriquecer a festa e torná-la singular, própria daquele lugar e povo, formado a partir da reunião conflituosa entre bandeirantes e portugueses.

Para que essa história e seus atributos sejam recontados é necessário, porém, que seja feito um recorte na vida do presente, colocando em evidência certa parte da cidade – justamente aquela cuja maior parte que está contida no perímetro urbano tombado pelo Patrimônio Histórico. Isso porque Ouro Preto possui, na verdade, quatro paróquias: duas na região central, Antônio Dias e Pilar, e outras duas nas regiões do entorno. Essas últimas, mais afastadas do centro histórico, são a do Santo Cristo, fundada em 1964, na região próxima às vilas então criadas em função das atividades da ALCAN, e a de Santa Efigênia, criada apenas em 1994.¹⁸ Enquanto segmentos independentes, cada uma dessas outras paróquias mantém certas atividades durante a Semana Santa – algumas missas, vias-sacras ou mesmo encenações da Paixão de Cristo mantidas por membros da Pastoral da Juventude ou de grupos da Renovação Carismática Católica.

Todavia, a sequência de atos litúrgicos e para-litúrgicos, como as procissões típicas da época, é realizada completamente – segundo a fala dos moradores – apenas nas duas paróquias centrais, que são também as mais antigas (ambas datando do século XVIII) e que se beneficiam do ideário vinculado ao núcleo histórico da cidade.

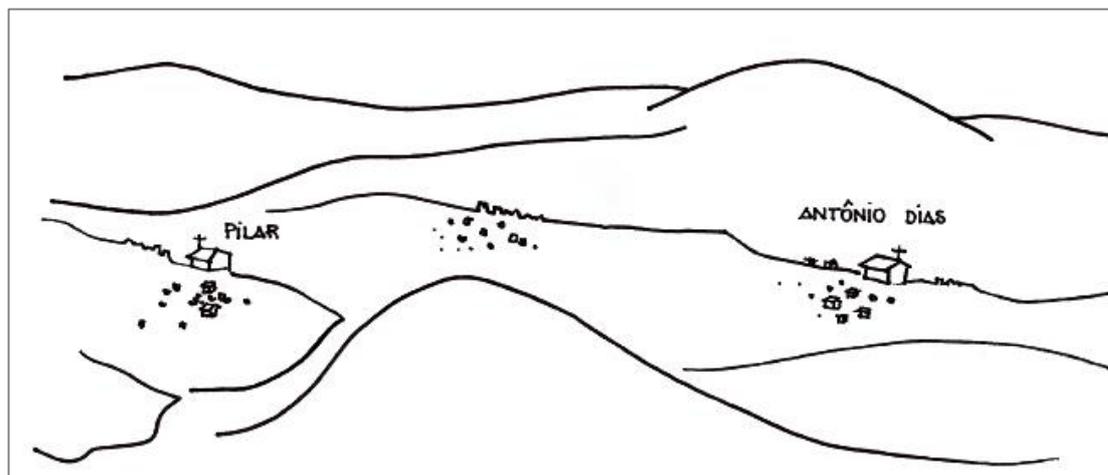


Figura 1 - Paisagem simplificada do centro da cidade e arredores.
Destaque para as matrizes do Pilar (esq.) e do Antônio Dias (dir.).
Originalmente reproduzido em (SALGADO, 2010:50)

Outro elemento importante da festa ouro-pretana a ser sublinhado refere-se às encenações características dessa época, que relacionam o conteúdo religioso com aqueles outros, comentados acima, a respeito do patrimônio histórico e arquitetônico. Ao tomar várias ruas, igrejas e capelas como parte do cenário da via-crúcis, a cidade, em si mesma, acaba se convertendo num amplo espaço cênico-ritual. Para participar das procissões da Semana Santa, fiéis, padres e imagens de santos saem do interior da igreja para atuarem em conjunto com outras pessoas, na rua. Analogamente ao que observou Roberto Cipriani (1987:68) sobre a dramatização da Paixão no sul da Itália, ocorre também em Ouro Preto que “l’autel et le presbytère, qui servent habituellement de scène, et l’espace du temple, traditionnellement réservé au public, se prolongent dans les rues de la ville qui deviennent un unique et vaste espace scénique.”

¹⁸ Antes disso, toda a área em torno da igreja de Santa Efigênia (construída em 1733) mantinha-se integrada à paróquia do Antônio Dias.

A cidade, cenário das atividades pioneiras da patrimonialização pelo Estado brasileiro se torna, no contexto ritual, lugar de representação da paixão cristã – ao mesmo tempo em que serve de palco para a rixa existente entre os moradores das duas paróquias centrais e mais antigas. Trata-se, portanto, não apenas de planos paralelos sobre um mesmo universo social, mas sim de formas de relação com a cidade e sua história que se influenciam mutuamente.

Vejamos, por exemplo, a relação mantida entre as paróquias do Pilar e do Antônio Dias, citadas acima, a partir do relato dos moradores sobre algumas de suas imagens religiosas – que se destacam por ocasião da celebração da Semana Santa. O que hoje são as paróquias, seriam no passado dois arraiais que se contrapunham, tendo como zona limítrofe um morro (de Santa Quitéria), onde hoje se encontra a praça Tiradentes. De acordo com as histórias que me foram contadas durante minhas incursões na cidade, teriam sido encomendadas, ainda no século XVIII, duas imagens religiosas que viriam da Europa. Uma delas era a de Nossa Senhora das Dores, a outra, completando o cenário da Paixão, era a do Senhor dos Passos. No contexto de divisão entre os arraiais, cada uma dessas imagens deveria seguir para uma das matrizes, respectivamente. A de Nossa Senhora das Dores ficaria no Pilar e a do Senhor dos Passos iria para o Antônio Dias. Contudo, depois que o carroceiro parou na frente da igreja do Pilar para a retirada da imagem que ficaria ali, o animal (mula ou cavalo) que puxava a carroça onde estavam as imagens empacou. Em vão, diversos homens tentaram, à força, fazer com que o animal se movesse. Depois de muito esforço, os moradores do Pilar começaram a achar que, talvez, aquela fosse a vontade da imagem, que não deixava de ser também a vontade de Deus. Ela ficar ali, e não ter que ir para o outro lado da cidade.

A história narrada pelos moradores é reforçada – no que se refere à concentração de duas imagens reunidas em uma única paróquia – por alguns dados históricos que indicam que as imagens de Nossa Senhora das Dores e do Senhor dos Passos, ambos do Pilar, seriam anteriores à Nossa Senhora das Dores que foi adquirida pelo Antônio Dias (Campos, 2000; Setenário, 2008). Além disso, “tem-se notícia que, já em 1723, as duas paróquias se uniam, pelo menos em dias de procissão, conforme documento da Irmandade dos Passos do Pilar, única dessa devoção no termo de Vila Rica”, de modo que se pode afirmar que “desde muito cedo houve cooperação entre as duas paróquias, que compartilhavam da mesma atmosfera espiritual por ocasião da Quaresma” (Campos, 2005).

Todavia, mais do que a reconstituição histórica precisa do modo de “cooperação” entre as paróquias, a fim de verificar a existência, ou não, de continuidades entre o que a cidade foi no século XVIII e o que ela é hoje, interessa considerar as histórias que se contam, em associação com o discurso historiográfico e com a própria realização das festas religiosas, como forma mesma de composição das “arquiteturas temporais” vigentes (Meyerson, 1987: 264). Isto é, interessa mais observar como a percepção temporal que se tem atualmente em Ouro Preto enquadra como sendo “o passado” aquilo que remete ao conflito entre duas vilas antagônicas, cujo universo de relações inclui uma série de atividades vinculadas a determinadas imagens que servem para distinguir as áreas da cidade. As orientações espaciais vigentes – que definem os trajetos das procissões dessa época festiva – evidenciam uma forma de marcação de fronteiras (interpretadas sob influência de uma dimensão temporal, histórica) entre as paróquias centrais. Do mesmo modo, as concepções relativas ao “patrimônio” – que se desdobram no substrato material e naquilo que se compreende como a sua porção “imaterial”, mas não menos importante – se configuram de modo complexo em Ouro Preto, mostrando-nos a relevância de uma análise que não apenas enumere os bens (imóveis ou móveis) patrimonializados, mas que nos permita compreender mais sobre as formas de compreensão nativa da sua própria cultura e passado.

Considerações finais

Ouro Preto se revela como um lócus interessante de estudo na medida em que expressa a relação entre um conteúdo religioso e a dinâmica de sua composição social, que serviram de referência para a elaboração simbólica da nação. Lembremos que parte fundamental das primeiras edificações a serem consideradas “patrimônios nacionais” pelo antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), nos anos 1930, foram as igrejas de Ouro Preto. Em meio a outras construções barrocas em Minas Gerais que remetiam ao Ciclo do Ouro, no século XVIII, as suas igrejas eram pensadas particularmente como vinculadas ao passado, à tradição, como parte fundamental das raízes culturais do Brasil (Gonçalves, 1996).

O catolicismo, tanto em seus templos, quanto em suas festas e formas de agremiação religiosa, se revela como um elemento constitutivo do ideário mantido sobre o interior de Minas Gerais. E dentre tais valores, destacam-se em relação a Ouro Preto aqueles associados às ideias de origem da cidade, como a contraposição entre suas paróquias centrais que se verifica durante a Semana Santa. Junto com a dramaticidade evocada no contexto ritual em questão, a forma artístico-religiosa de se recontar, ano após ano, a narrativa bíblica da Paixão cristã se desdobra em uma maneira de recontar parte da história local e de sua própria identidade – seja para os moradores ou destes em relação aos turistas atraídos para a festa.

Cabe ressaltar, finalmente, que as dimensões religiosas analisadas neste artigo que evidenciam a preeminência do catolicismo naquele universo nos permitem abrir uma indagação – a ser, possivelmente, respondida por estudos futuros. Tendo sido um modelo privilegiado das classificações e rotinas de trabalho do SPHAN/IPHAN, orientando a identificação e reconhecimento dos patrimônios no país ao longo de décadas, não seria de se espantar que, retroativamente, não só Ouro Preto tenha herdado as marcas da presença do órgão em sua caracterização atual, mas que também, e inversamente, possamos identificar no Instituto as consequências de seu interesse pela cidade e seus símbolos. Sob esse aspecto, a observação de Paola Lins de Oliveira (2016:01) ao analisar os bens tombados inscritos nos livros de Tombos do Iphan é sintomática: dos 1.149 processos analisados, 458 deles são identificados como “católicos” e, no quadro geral, “os bens religiosos correspondem a 40% do total de bens tombados pelo IPHAN, dentre os quais 97% são católicos.”

Ao analisar as noções associadas aos patrimônios material e imaterial, além das variações existentes da ideia de tradição, associada a um conjunto de festas, espero que a análise aqui apresentada permita que outras pessoas interessadas sobre o universo mineiro e ouro-pretano, bem como nas formas de classificação operativas aos órgãos que regulam o Patrimônio no país possam se beneficiar destas reflexões.

Bibliografia

- AGUIAR, Leila Bianchi. Desafios, permanências e transformações na gestão de um sítio urbano patrimonializado: Ouro Preto, 1938-1975. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 29, no 57. 2016. pp. 87-106.
- _____. Cidade morta, cidade documento, cidade turística: a construção de memórias sobre Ouro Preto. In: CASTRO, Celso; MAGALHÃES, Aline; SALGUEIRO, Valéria.. (Org.). **História do Turismo no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 180-193.
- ANDRIOLO, Arley. Entre a ruína e a obra de arte: psicossociologia da percepção da cidade histórica turística. **Estudos de Psicologia**, 14 (2), 2009, p. 159-166.
- BANDEIRA, Manuel. **Guia de Ouro Preto**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1963.
- _____. Ouro Preto, Monumento Nacional. In: **Crônicas inéditas II**, 1930-1944. São Paulo: Cosac Naify, 2009. pp. 58-60.
- BARROSO, Gustavo. A Cidade Sagrada. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Vol. 5. 1944. pp. 10-14.
- BECKER, Howard. **Falando da sociedade**: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.
- BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas**, vol. III: Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- _____. **Obras Escolhidas**, vol. I: Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CAMPOS, Adalgisa Arantes. Aspectos da Semana Santa através do estudo das Irmandades do Santíssimo Sacramento: cultura artística e solenidades (Minas Gerais séculos XVII ao XX). **Barroco**, Belo Horizonte, v. 19, 2005. pp. 71-88.
- _____. **Roteiro Sagrado**: Monumentos religiosos de Ouro Preto. Belo Horizonte: Tratos Culturais/Editora Francisco Inácio Peixoto, 2000.
- CANÇADO, Juarez Lopes. Análise mercadológica do sistema turístico da cidade de Ouro Preto. Dissertação de Mestrado em Marketing. Fundação Getúlio Vargas: São Paulo, 1974.
- CARVALHO, José Murilo. Tiradentes: Um herói para a República. In: **A Formação das Almas**: O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; GONCALVES, José Reginaldo dos Santos. Cultura, Festas e Patrimônios. In: DUARTE, Luis Fernando Dias; NUNES, Carlos Benedito. (Orgs.). **Horizontes das Ciências Sociais**: Antropologia. São Paulo: ANPOCS / Editora Barcarola / ICH, 2010, pp. 258-292.
- CIPRIANI, Roberto. Formes Théâtrales de la Religion Populaire: Le Christ Rouge. **Archives de Sciences Sociales des Religions**, vol. 64/1, 1987. pp.: 65-74.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.
- CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória**: Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- CORTEZ, Luciano. Por ocasião da descoberta do Brasil: três modernistas paulistas e um francês no país do ouro. **O Eixo e a Roda**. vol. 19. n.1, 2010.

- CRARY, Jonathan. **Técnicas do Observador**: visão e modernidade no século XIX. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- DRUMMOND, Maria Francelina Silami Ibrahim. (Org.). **Ouro Preto cidade em três séculos; “Bicentenário de Ouro Preto”; Memória histórica (1711-1911)**. Ouro Preto: Liberdade, 2011.
- GIOVANNINI JÚNIOR, Oswaldo. **Cidade Presépio em Tempo de Paixão**: Uma análise antropológica das relações entre turismo religião e patrimônio cultural em Tiradentes. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2001.
- GOMES, Mariana Elias. **Comemorações da Semana Santa em Mariana (MG)**: Uma análise do discurso de moradores e turistas. Dissertação de Mestrado em Cultura & Turismo. Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus-BA, 2008.
- GONÇALVES, José Reginaldo. **A Retórica da Perda**: Os discursos do patrimônio histórico no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 1996.
- HOBSBAWN, Eric. “Introdução: a invenção da tradição”. In: HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (org). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e História*. In: **Antropologia Estrutural II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976. pp. 328-366.
- LOPES, Tânia Fedotovas. **Ouro Preto**: o Drama Social do direito ao Patrimônio. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social – Unicamp, 2004.
- MALTA, Eder. **Identidades e Práticas Culturais Juvenis**: as repúblicas estudantis de Ouro Preto. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe, 2010.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. De Mauss à Claude Lévi-Strauss. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1975. pp. 383-396.
- MEYERSON, Ignace. Le temps, la mémoire, l’histoire. In: **Écrits 1920-1983** : Pour une psychologie historique. Paris: Presses Universitaires de France, 1987. pp. 264-280.
- MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, 22, 1987. pp. 108-122.
- NATAL, Caion Meneguello. **Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933**. Dissertação de Mestrado em História. Unicamp, 2007.
- OLIVEIRA, Paola Lins de. Nas margens do patrimônio: notas preliminares sobre os processos de tombamento de bens religiosos indeferidos pelo Iphan. In: CAMPOS GOMES, E.; OLIVEIRA, P. (orgs.). **Patrimônio Religioso no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Mar de Ideias editora, (no prelo).
- PEREIRA, Júnia Cristina. **O Épico e o Popular n’As Cenas da Paixão segundo Congonhas**. Dissertação de mestrado em Artes (Escola de Belas Artes), Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.
- SALLES, Fritz Teixeira. **Vila Rica do Pilar**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1999.
- SALGADO, Marina. **Ouro Preto**: Paisagem em transformação. Dissertação de Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (Escola de Arquitetura), Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.
- SETENÁRIO DAS DORES DE NOSSA SENHORA. Paróquia de Nossa Senhora do Pilar: Gráfica Ouro Preto, 2012.

_____. Paróquia de Nossa Senhora do Pilar: Gráfica Ouro Preto, 2010.

SOUTTO MAYOR, Sarah Teixeira. **O Carnaval de Ouro Preto: mercado e tradição (1980-2011)**. Dissertação de Mestrado em Lazer (Escola de Educação Física): Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

SOUZA, Maria do Carmo Ferreira de. **Impactos da Atividade Turística sobre a Preservação do Patrimônio Imaterial na cidade de Ouro Preto: A Semana Santa em Ouro Preto**. Monografia de Bacharelado em Turismo – Universidade Federal de Ouro Preto, 2009.

TEODORO, Rosa Jacqueline. **Fazendo festa, criando história(s), contando estória(s): O Doze em Ouro Preto, MG**. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.